



Implicaturas convencionais em redações do Enem

Ludmila Dias do Nascimento Serafim Lopes e Roberlei Alves Bertucci*

Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Av. Sete de Setembro, 3165, Curitiba, Paraná, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: bertucci@utfpr.edu.br

RESUMO. A fim de cumprir os critérios exigidos pela prova de redação, o participante do Enem deve mobilizar uma série de estratégias capazes de sustentar seu ponto de vista sobre o tema e a tessitura textual. Neste trabalho, o foco serão as estruturas que veiculam inferências, mais especificamente as Implicaturas Convencionais (Grice, 1982), sobretudo a partir da noção de Potts (2005) de que elas são empregadas como itens veiculadores de uma informação voltada ao falante. Assim, propomos uma análise sobre como a implicatura convencional favorece a construção do tipo de texto em questão. Para isso, selecionamos trinta e um textos que obtiveram a nota máxima (1000 pontos) e destacamos tanto a quantidade na ocorrência de itens disparadores de implicatura convencional quanto a influência desses itens para a qualidade do texto. Os resultados sugerem que os suplementares são o tipo mais frequente de implicaturas convencionais no *corpus* analisado, com quase 80% de frequência do total – sendo 20% para expressões de avaliações subjetivas. Além disso, argumentamos que, enquanto as suplementares contribuem mais especificamente para o desenvolvimento da dissertação, as avaliativas contribuem para a argumentação. Tudo isso enfatiza a importância dos estudos sobre semântica e pragmática e sua relação com a construção textual, no que diz respeito a estratégias inferenciais empregadas em textos, especialmente de aprendizes.

Palavras-chave: inferências; implicatura convencional; argumentação; redação do Enem.

Conventional implicatures in Enem essays

ABSTRACT. In order to perform the criteria required by the writing test, an Enem participant must mobilize a series of strategies capable of favoring his analysis of the topic and the textual composition. In this paper, the focus will be on Conventional Implicatures (Grice, 1982), especially based on Potts' (2005) notion. He argues that these inferences convey information aimed at the speaker. Based on this assumption, we propose an analysis about the role of conventional implicature in Enem essays. To do this, we selected thirty-one texts that obtained the maximum score (1000 points) and highlighted both the quantity in the occurrence of items that trigger conventional implicature and the influence of these items on the textual texture. The results suggest that supplements are the most frequent type of conventional implicatures in the analyzed *corpus*, with almost 80% of the total frequency – 20% for evaluative expressions. Furthermore, we argue that, while the supplements contribute to the textual dissertation, evaluative ones contribute to the argumentation. All of this emphasizes the relevance of studies on Semantics and Pragmatics and their relationship with textual construction, with regard to inferential strategies used in texts, especially by students.

Keywords: inferences; conventional implicature; argumentation; Enem essays.

Received on June 20, 2024.
Accepted on January 17, 2025.

Introdução

Analisar a língua em diferentes perspectivas e modalidades é contribuir para um melhor entendimento e domínio da principal ferramenta das interações humanas. Considerando a escrita, percebemos que o contexto brasileiro coloca o gênero dissertativo-argumentativo em destaque, quer em seu uso comum na escola, quer por sua cobrança em concursos¹. Tais fatos motivam um estudo linguístico desse tipo de texto. Na redação, marcas textuais adequadas ajudam na interpretação coerente do texto, uma vez que a negociação dos sentidos não pode ser checada no ato da interação (como na fala). Dentre essas marcas, destacamos as inferências, visto que a escrita e leitura de um texto compreende aquilo que é visual (escrito), mas o seu sentido é

¹ Neste trabalho, assumimos com Oliveira (2016) que a redação do Enem, tal como proposta no Exame, é um gênero textual específico, que pode ser estruturada por diferentes tipos textuais. Para a autora, esse gênero apresenta especificidades do ponto de vista das categorias linguísticas e retóricas que o compõem. Além disso, concordamos com Cantarin et al. (2017), uma vez que indicam que a redação do Enem é um tipo misto (dissertativo-argumentativo); além disso, acrescentamos que outros fatos (como o contexto de produção e as exigências estruturais do texto, como a proposta de intervenção) fazem a redação do Enem um gênero específico, numa reformulação do gênero 'redação escolar' (Val, 2017). Agradecemos a um parecerista anônimo que indicou a relevância de se incluir essa distinção no presente texto.

preenchido por informações implícitas que são resgatadas por meio dos conhecimentos prévios (Liberato & Fulgêncio, 2010; Wolf, 2019). Aqui, vamos focar na ocorrência de Implicaturas Convencionais (doravante ICs), seguindo os desdobramentos da proposta de Grice (1982). Como se sabe, a teoria de Grice considerou a modalidade falada da língua como objeto de análise. Não conhecemos trabalhos que tenham analisado ocorrências de ICs em *corpora* textuais. Tal fato, reforça a originalidade da presente pesquisa (ou pelo menos dos questionamentos que ela pode apresentar). Mas, nesse sentido, poderíamos também questionar se seria possível encontrar os mesmos tipos de ocorrências de ICs na escrita, tal como se analisou na fala em diferentes trabalhos, como de Grice (1982), Potts (2005), McCready (2010), Salmon (2011), Oliveira e Basso (2014), entre outros. A princípio, nossa hipótese é de que, sim, é possível encontrar as ICs na escrita, mas com algumas restrições, sobretudo no que diz respeito ao gênero em questão. Por exemplo: itens chamados de ‘expressivos’, como ‘essa droga de’ podem ser menos comuns em gêneros formais como o tipo de redação analisado neste artigo. Isso ocorre, acreditamos, por esse tipo de expressão carregar avaliações de cunho pessoal e emocional sem relevância para leitores genéricos. Por outro lado, casos de ICs de caráter informativo devem aparecer em abundância, porque contribuem com sentidos adicionais (Bertucci et al., 2020).

Compreendemos que a escolha linguística na produção textual não é inocente (Grice, 1982), resultando no disparo de ICs que podem atribuir força persuasiva ao texto e, assim, contribuir para a compreensão de sua orientação argumentativa. Nesse sentido, a questão que guiaram nossa investigação foi: como as ICs podem aparecer nas redações do Enem e qual seria a contribuição delas para o texto? Assim, fomos motivados tanto pela ideia de que há elementos que apontam para um comprometimento do falante em relação ao que foi dito, como é o caso das ICs, quanto pela necessidade de que isso ocorra de forma efetiva, como no caso das redações do Enem. Entendemos que a pesquisa sobre ICs pode ampliar não apenas a compreensão a respeito das inferências por apresentar uma carga opinativa, o que é extremamente adequado para textos argumentativos, mas também evoluir o conhecimento sobre o conceito griceano – ainda pouco discutido nos estudos linguísticos no Brasil (Oliveira & Basso, 2014; Souza, 2022). Ademais, destacamos a possibilidade de se favorecer a compreensão da língua e seus mecanismos em situações reais de uso e, ainda, as discussões sobre a prática do ensino gramatical nas salas de aula, atualmente.

O trabalho está organizado assim: começamos com uma breve apresentação da redação do Enem; em seguida, tratamos sobre o fenômeno das inferências, focando nas ICs; por fim, fechamos o artigo com a análise dos dados.

Escrita e redação do Enem

Consideramos que o texto, enquanto unidade de sentido, é uma ferramenta de interação entre interlocutores em um determinado contexto social. Materializado em um gênero, ele carrega os princípios cognitivos que organizam ‘evento comunicativo’, como classifica Marcuschi (2008), por meio de elementos linguísticos específicos.

Neste trabalho, assumimos a perspectiva de que a leitura e a escrita são ferramentas fundamentais em uma sociedade letrada. Nesse sentido, a redação do Enem é um gênero de texto que exige dos candidatos habilidades de escrita próprias de um conculinte do ensino médio brasileiro, sendo tanto uma ferramenta de avaliação da formação básica, quanto uma oportunidade para ingresso no ensino superior. Essa redação é realizada a partir do aprendizado decorrente dos anos escolares e exige do candidato o emprego de um repertório sociocultural desenvolvido ao longo da vida, além de uma estrutura básica de composição. Por isso, é desejável que tal gênero seja planejado com cuidado pelo autor para produzir o efeito desejado, o que significa, basicamente, entender o seu “[...] objetivo, o seu funcionamento pragmático, em que prática comunicativa ocorre, quais são as suas características essenciais, de quais sequências é formado, quais as habilidades de linguagem que exige” (Garcez, 2017, p. 58).

A redação do Enem é um gênero de tipo misto (dissertativo-argumentativo) em que “[...] está em jogo a capacidade do produtor de expor uma situação-problema, apresentando uma tese (opinião) sobre o fato e articulando-a com argumentos fortes e coerentes” (Cantarin et al., 2017, p. 81). De acordo com as orientações gerais do Exame para os candidatos (A Redação..., 2019), a redação é avaliada levando-se em consideração cinco competências: I – domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa; II – emprego da estrutura textual dissertativo-argumentativa; III – defesa de um ponto de vista a respeito do tema, escolhendo estratégias argumentativas que sustentem o texto como um todo coerente, com um projeto de texto autoral; IV – conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação; e V – proposta de intervenção social para o problema abordado².

² De acordo com a própria Cartilha do Participante (A Redação..., 2019, p. 23), a Competência V tem como objetivo “[...] propor uma intervenção para o problema apresentado pelo Acta Scientiarum. Language and Culture, v. 47, e72629, 2025

É importante destacar que, na composição da redação, o autor precisa fazer dois movimentos essenciais para garantir que o texto se caracterize como dissertativo-argumentativo. O primeiro é apresentar uma análise sobre o tema, focando, por exemplo, em uma reflexão sobre possíveis causas do problema. Esse caráter expositivo (dissertativo) é decisivo para a qualidade do texto e está diretamente relacionado com o uso do repertório do autor. O segundo é argumentar, o que, na redação do Enem, é entendida como “[...] oferecer ideias, razões, provas tão relevantes que consigam convencer o leitor sobre um ponto de vista” (Cantarin et al., 2017, p. 86).

Nesse sentido, é importante compreender que a escolha de determinadas expressões linguísticas tem a função de contribuir para o direcionamento argumentativo do texto, expondo o que o autor considera mais decisivo para a interpretação do tema. Para Coroa (2017, p. 69), as principais ações que compõem essa rede são: o “[...] uso de conectivos [...]” para articular tanto os argumentos entre si quanto a tese defendida; ‘seleção lexical’ que diz respeito às escolhas adequadas de palavras que são usadas para promover os sentidos; “[...] uso de exemplos e ilustrações de casos particulares para mostrar a generalização”; “[...] uso de referentes [...]” a fim de apontar as direções argumentativas e manter a coerência textual, retomando ideias já ditas e que se concatenam com o que é dito posteriormente. Tais ações são ‘pistas textuais’ que promovem a continuidade dos sentidos e a manutenção da coerência do texto, indicando que o bom uso dos recursos linguísticos atrelados a essas ações promovem a força da tese defendida. Portanto, “[...] o controle das informações, originadas no campo do autor e lançadas em forma de marcas de produção de sentidos para o leitor, é o compromisso que a tese assume em um texto dissertativo-argumentativo” (Coroa, 2017, p. 70).

O controle de informações do autor e seu modo de se posicionar são avaliados na grade de correção do Enem como ‘autoria’, por serem o modo pelo qual o autor impõe ao texto marcas de singularidade. Cavalcante (2017, p. 140) compreende que

[...] quanto mais criativo for o participante na seleção e no modo de organização dos dados, e quanto mais original ele for na escolha estilística de como explicitar e implicar os argumentos, mais o texto ganhará traços autorais, peculiares ao modo de dizer de cada um.

Para o presente trabalho, ressaltamos a ideia de ‘implicar’, por entendermos que as inferências contribuem para deixar essas marcas implícitas no texto.

Inferências: ideia geral e implicatura convencional

Inferências e leitura

As inferências são essenciais para a interação. Autores como Wolf (2019) ou Liberato e Fulgêncio (2010) defendem que esse é um processo essencial para a construção de sentido na leitura de um texto, uma vez que envolve o conhecimento de mundo que o leitor tem e que o permite calcular previsões e implicações relativas ao sentido. Para Wolf (2019), a inferência é um processo analítico da leitura profunda, o qual possibilita a compreensão daquilo que está sob a superfície textual a partir do emprego de uma base de conhecimentos que realizam conexões externas de significado. Ela entende que a interpretação de um texto depende da capacidade do leitor de realizar inferências com o raciocínio que liga o conteúdo visual aos seus conhecimentos prévios. Contudo, para que isso ocorra, o texto deve apresentar pistas que permitam a recuperação dos elementos subentendidos, criando o sentido. Dessa forma, o conteúdo inferido se depara com as informações visuais e as hipóteses são checadas. Nesse sentido, as implicaturas apresentam-se como um tópico importante a ser estudado. Entender o que são e como aparecem em textos do cotidiano é também uma forma de refletir sobre elementos da língua que podem ser manuseados adequadamente pelos estudantes, como ‘ferramentas cognitivas’ que contribuem para a produção de sentidos (Dascal, 2002).

Não menos importante é relacionar as inferências com o fenômeno da argumentação. Como nesse tipo textual há a necessidade de se construir um percurso lógico de convencimento, fazer uso de estratégias inferenciais é essencial, tanto para a progressão do texto, quanto para a sustentação lógica dos argumentos e pontos de vista. Para Fiorin (2017), as inferências são de ordem lógica quando estabelecem relações entre proposições, como no caso de acarretamentos. São de ordem semântica quando decorrem do significado de palavras e expressões, o que se assemelha à discussão sobre pressuposição. E são de ordem pragmática quando levam em conta os aspectos contextuais, o que sugere uma proximidade com o conteúdo de implicaturas, tal como sugerido por Grice. Para este, os falantes realizam ‘esforços

tema significa sugerir uma iniciativa que busque, mesmo que minimamente, enfrentá-lo”. O documento ressalta a complexidade dos temas, mas reforça que propor uma intervenção é um modo de o candidato exercitar a cidadania.

cooperativos' quando interagem, o que permite que possam sempre contribuir com a progressão do diálogo. Grice entende que essa cooperação nas trocas conversacionais é feita tanto por meio do dito (o que é falado) quanto com o não dito (o que é inferido, ou implicado).

Inferências pragmáticas em Grice

Grice sugere que o Princípio de Cooperação – “Faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado” (Grice, 1982, p. 86) – permite que os falantes calculem os efeitos que as trocas causam no diálogo. Para isso, o filósofo sugere algumas máximas conversacionais, que regulariam o princípio em destaque e permitiriam os interlocutores chegarem a conclusões específicas nas falas. É exatamente ao seguir tais máximas (ou deixar de fazer isso propositalmente) que o falante gera implicaturas pragmáticas, que seriam conteúdos inferidos de determinados diálogos. Suponha, por exemplo, que João esteja cansado e tenha tido problemas no trabalho. Ele chega em casa e trava o seguinte diálogo com Maria:

- (1) Maria: Como foi o trabalho hoje?
João: Um sucesso.

Nesse caso, ao responder ‘um sucesso’ para Maria ele está sendo irônico. Ao responder Maria desse jeito, João deixa implícito uma série de informações e sentimentos relativos ao trabalho (revelados na continuidade da conversa)³. Tal modo de operar a linguagem demonstra a capacidade humana de utilizá-la de forma ampla e variada, permitindo aos interlocutores calcularem os efeitos de sentido de cada elemento linguístico presente na fala e na escrita.

À implicatura presente em (1), Grice denominou ‘conversacional’, porque é gerada a partir de uma série de elementos que estão presentes no ato conversacional. Esse tipo de inferência não é o foco deste trabalho, por isso não vamos nos aprofundar no tema e seguir para o tipo de implicatura que é nosso foco: a convencional⁴.

Grice (1982) defende que a IC diferencia-se da conversacional exatamente por restringir-se àquilo que itens lexicais significam por convenção. Para ele, “[...] em alguns casos, a significação convencional das palavras usadas determinará o que é implicado, além de socorrer-nos na determinação do que é ‘dito’” (Grice, 1982, p. 85, grifo do autor). O autor entende que o falante decide por uma expressão específica e espera que o interlocutor interprete o significado convencional, gerando uma inferência. Vejamos (2) e (3).

- (2) Maria é pobre, ‘porém’ é honesta.
(3) João é curitibano, ‘portanto’ não é sociável.

Em (2), diz-se que Maria é pobre ‘e’ é honesta. Mas, além disso, infere-se que, para o falante de (2), pobreza e honestidade não necessariamente andam juntas. É importante frisar, no entanto, que a sentença em (2) não considera que, dado o mundo como é, essa oposição seja natural. Tal fato é fruto de uma avaliação de quem enunciou a frase, que indica essa incompatibilidade pelo uso de ‘porém’. Algo similar é o que se vê em (3). A relação ‘necessária’ que o falante de (3) tenta estabelecer entre ser curitibano (causa) e ser insociável (consequência) é, na verdade, uma avaliação pessoal. Na visão griceana, haveria uma IC disparada pela conjunção conclusiva ‘portanto’.

É preciso considerar que Grice, apesar de ter introduzido o conceito das ICs, não tinha como foco o estudo delas. No entanto, a intuição do filósofo gerou uma série de debates sobre esse fenômeno nas línguas naturais.

Implicaturas convencionais

No português brasileiro, Oliveira e Basso (2014) oferecem uma ampla perspectiva da IC. Os autores destacam o modo de pensar nos fenômenos da língua como sendo o diferencial para o tratamento de tais implicaturas. Eles consideram que

[...] a hipótese da implicatura convencional é que há expressões linguísticas que não contribuem para o significado da sentença, para o pensamento ou conteúdo do que está sendo expresso, porque sua presença não afeta as condições de verdade, mas ainda assim, através de seu significado convencional, sempre disparam implicaturas (Oliveira & Basso, 2014, p. 153).

³ Conforme destacado por uma parecerista anônimo, ao fazer uma ironia o falante indica por meio de gestos ou da prosódia o sentido que deseja construir.

⁴ Trabalhos como Cançado (2012), Costa (2009) e Pagani e Souza (2022) são ótimas introduções sobre implicaturas conversacionais. Para convencionais, destacamos Oliveira e Basso (2014).

Para Grice, a escolha das palavras envolve um ‘comprometimento do falante’. E é exatamente isso o que explica as implicaturas, inclusive as convencionais. Nos casos em (2) e (3) acima, relativos aos conectivos ‘porém’ e ‘portanto’, é exatamente essa ideia de ‘comprometimento do falante’ que está em jogo, o que se permite falar em uma ‘avaliação’ do falante em relação ao conteúdo emitido. Mas, além desse caráter geral das ICs, elas possuem características específicas:

- Elas são parte do significado convencional das palavras/expressões;
- Elas comprometem o falante;
- Esses compromissos são feitos pelo falante do proferimento ‘devido ao significado das palavras que ele escolheu’;
- Elas são lógica e composicionalmente independentes do que é dito (no sentido favorecido de dizer), i.e., não estão sujeitas a relações de acarretamento (Oliveira & Basso, 2014, p. 155, grifos no original).

Tais fatos resultam em três propriedades esperadas para as ICs. Primeiro, serem ‘não-canceláveis’, por estarem atreladas ao item lexical que as dispara⁵. Depois, não são calculáveis, mas ‘convencionadas’, exatamente porque o significado dos itens lexicais é convencionado no contexto de cada língua natural. Terceiro, são ‘destacáveis’, porque a inclusão ou retirada de um elemento retira ou altera a IC disparada no enunciado.

No texto de Grice (1982), as ICs são exemplificadas sobretudo com o uso de conjunções, como demonstrado em (2) e (3). Entretanto, esse foi um ponto de debate na literatura sobre o fenômeno. Bach (1999), por exemplo, considera insatisfatória a explicação de Grice sobre o tema. Para ele, as conjunções apenas supostamente disparam ICs e, por isso, as denomina ACIDs (*Alleged Conventional Implicature Devices*, ‘supostos dispositivos de implicatura convencional’, em tradução de Oliveira e Basso), os quais não disparam ICs porque, embora eles não alterem as condições de verdade da sentença matriz, dão uma contribuição semântica.

Para Bach (1999), em um contexto reportado (discurso indireto), a presença ou não de um ACID altera o conteúdo da sentença. Vejamos (4), que é o discurso reportado da sentença em (2), acima.

- (4) i. João disse que Maria é pobre ‘mas’ é honesta.
 ii. João disse que Maria é pobre e é honesta.

A sentença e (4i) não é equivalente àquela em (4ii): apenas a primeira reporta corretamente o que se lê em (2), acima. Vemos que, enquanto (4ii) apresenta o conteúdo básico do que se lê em (2), a sentença em (4i) acrescenta a informação adicional que se vê na sentença-base: a de que o falante considera que ser pobre e ser honesta não são características esperadas para a mesma pessoa. Bach (1999) considera que um conteúdo de implicatura não deveria interferir no que é dito, no conteúdo da sentença, por isso, casos como ‘mas’ ou ‘portanto’, não disparam implicaturas, mas contribuem para o conteúdo veiculado pela proposição. Essa é a razão para tais expressões serem ACIDs.

Desse modo, a proposta de Bach amplia a concepção de que a semântica lidaria, somente, com o que é efetivamente produzido de forma explícita, pois, para ele “[...] o significado da sentença não precisa ser inteiramente manifesto” (Oliveira & Basso, 2014, p. 157) e “[...] as sentenças podem expressar mais de uma proposição cada e que isso é diferente de uma conjunção” (Oliveira & Basso, 2014, p. 163). Então, para Bach (1999), no caso em questão, as proposições expressas na sentença podem ser divididas em principal (‘mais saliente que a outra’) e secundária (‘menos saliente’) composta por um ACID, a qual funciona como um pano de fundo para o conteúdo veiculado pela principal, constituindo ainda parte do significado da sentença.

Portanto, em Bach (1999), é possível compreender a inexistência de ICs a partir das conjunções (como defende Grice), as quais Bach nomeia de ACIDs. Entretanto, Bach concorda com Grice na ideia de que duas proposições são geradas a partir de sentenças compostas por determinados itens lexicais.

Uma visão alternativa sobre as ICs é apresentada por Potts (2005). O autor corrobora a afirmação de Bach de que as conjunções não seriam implicaturas, mas propõe que o teste de discurso indireto pode sugerir quais expressões têm o efeito de indicar um novo conteúdo: aquele que é voltado para o falante, como uma espécie de comentário ou avaliação dele.

Segundo o autor, há basicamente dois tipos de ICs: as ‘suplementares’ que fornecem uma informação a mais a partir dos itens suplementares; e as ‘expressivas’ que veiculam uma opinião ou expressão da subjetividade do falante por meio dos expressivos. Com relação aos itens suplementares, Potts (2005, p. 14) afirma que “[...] eles têm muito a oferecer à teoria das ICs, sendo fácil determinar a sua contribuição

⁵ Grosso modo, nesse ponto podemos dizer que a expressão ‘não foi isso o que eu quis dizer’ funciona bem com grande parte das implicaturas conversacionais, mas é ineficaz com as ICs, como em (2) e (3). Isso ocorre porque as ICs não dependem diretamente do diálogo conversacional, mas da expressão linguística que as dispara.

proposicional, que é dada da forma esperada pela estrutura interna do suplemento e seu ponto de adjunção da cláusula principal”.

Assim, enquanto itens tipicamente suplementares, eles fornecem uma informação de acréscimo ao conteúdo compartilhado na sentença, apresentando-se de forma independente daquilo que é dito na cláusula principal. Como exemplos, Potts (2005, p. 13) indica:

- (5) a. O João foi, ‘como noticiou a imprensa’, um espião de sucesso.
(parentético)
- b. O João, ‘que roubou o banco’, agora está atrás das grades.
(oração explicativa)
- c. O João, ‘o ex-espião’, agora está atrás das grades.
(aposto nominal)

Acima, veem-se diferentes formas de suplementar a informação principal, com uma informação secundária. Para Potts (2005), é importante descartar que a presença dos suplementares nas sentenças adicionam informações que disparam significados relevantes para o entendimento do conteúdo compartilhado.

De forma similar, Potts argumenta a favor da contribuição semântica para os itens expressivos. Apesar disso, ele entende que, nesse caso, não há acréscimo de informações, mas veiculação de um significado com função atributiva e que expressa uma avaliação subjetiva sobre algo (6).

- (6) Compramos uma secadora e em nenhum lugar se disse que ‘a droga da coisa’ precisava de um plug.

A presença de ‘a droga de’, em (6), sugere não uma informação sobre a secadora, mas uma avaliação subjetiva por parte do falante. É quase uma bronca ao fabricante. Aqui, tanto quanto acima (5) se vê dois conteúdos em jogo: i. Comprar máquina e máquina precisar de plug.; ii. A máquina precisar de plug e isso não ter sido avisado é uma droga.

Potts (2005, p. 11, grifo no original), então, propõe um novo conjunto de propriedades sobre as ICs:

- a. As ICs fazem parte do significado convencional das palavras;
- b. ICs são compromissos e, portanto, dão origem a acarretamentos;
- c. Esses compromissos são feitos pelo falante do enunciado ‘em virtude do significado das palavras que ele escolhe’;
- d. ICs são logicamente e composicionalmente independentes do que é ‘dito (no sentido favorecido)’, ou seja, independentes das implicações em questão.

De posse dessa caracterização, Potts, inspirado em Bach (1999), emprega o teste do discurso indireto, já que ele permite perceber essas propriedades das ICs por reportar o que faz parte do dito e apontar o que pode estar voltado para a perspectiva do falante. Submetendo os exemplos (5a) e (6a) ao teste de discurso indireto, tem-se:

- (5) a. A Maria disse que o João foi, ‘como noticiou a imprensa’, um espião de sucesso.
- (6) a. O João disse que eles compraram uma secadora e em nenhum lugar se disse que a ‘droga da coisa’ precisava de um plug.

Em ambos os casos, os dois conteúdos veiculados pelas sentenças originárias (5 e 6) estão presentes nas derivadas (5a e 6a). Apesar disso, há uma dúvida que fica presente: quando se lê (5a), entende-se que o conteúdo adicionado (suplementar) foi adicionado por Maria ou é uma contribuição do falante? O mesmo vale para (6a): o conteúdo expresso em destaque é um acréscimo de João ou é do falante da sentença? Tal possibilidade de dupla interpretação é, para Potts (2005), uma indicação de que o conteúdo secundário (suplementar ou expressivo) seja uma IC. Isso ocorre porque o conteúdo suplementar, no caso das ICs, pode estar voltado ao falante ou ao sujeito da sentença.

Assim, para Potts, o que configura uma IC é o fato de ela sempre poder ser orientada para o falante do discurso (além do próprio sujeito) veiculando uma informação subjetiva. Aliás, apesar das diferenças de abordagem, essa constatação está de acordo com a sugestão de Grice para as ICs: de que seriam informações veiculadas subjetivamente pelo falante (e não um acarretamento necessário).

Desse modo, para Potts (2005), as ICs são inferências derivadas de expressões de acréscimo e de cunho subjetivo que acarretam um sentido orientado ao falante e independente do conteúdo imediato da sentença, o qual só é possível porque uma sentença pode produzir significados também no nível não-imediato. E, tal como intuía Grice, Potts (2005) ressalta que as ICs são linguísticas, porque resultam do significado de itens da língua, não sendo sensíveis ao contexto de fala.

Na esteira de Oliveira e Basso (2014, p. 171), assumimos, portanto que as ICs são inferências semânticas (não pragmáticas), que “[...] são, na verdade, um recurso linguístico para expressar outra informação associada à informação principal veiculada por uma dada sentença, fundamentalmente ligada ao falante”.

Elas contribuem para um certo direcionamento discursivo em uma conversa, o que pode influenciar no conhecimento sobre o tópico (no caso das suplementares) ou numa avaliação sobre ele (no caso das expressivas).

Alguns desdobramentos são importantes para a continuidade do artigo. Primeiro, para Potts (2005), quando uma expressão é empregada como IC, ela não deve contribuir para o significado imediato e para uma avaliação do falante ao mesmo tempo. Depois, para o mesmo autor, os expressivos se caracterizam necessariamente por um envolvimento emocional do falante. Em terceiro lugar, McCready (2010) refuta alguns dos pontos de Potts (2005) e indica que alguns casos (como pejorativos) podem veicular um ‘conteúdo misto’, à medida que contribuem tanto para o significado da sentença quanto para a avaliação/envolvimento emocional do falante. Por tais características, levantamos a hipótese de que não haveria, no *corpus* selecionado para análise, casos de expressivos (ou pejorativos)⁶. Por isso, decidimos concentrar nossas análises nos suplementares, entendendo que são essenciais para a construção da redação em si.

Neste trabalho, vamos entender as ICs, portanto, como pistas deixadas pelos autores a fim de construir uma direção argumentativa em seus textos. Isso significa que os autores usam essas expressões para orientar o leitor quanto ao posicionamento sobre o tema. Podem ser lidas, conseqüentemente, como marcas de autoria, por preencherem o sentido do texto, em suas dimensões analítica (dissertativa) e opinativa (argumentativa). Por isso, entende-se que a escolha desses itens não é aleatória, mas envolve o comprometimento do candidato com aquilo que ele deseja explicitar, e, com isso, contribuem para que o candidato direcione o seu leitor/avaliador em sua proposta dissertativo-argumentativa. Isso salienta a relevância das ICs para o discurso e evidencia a importância do desenvolvimento deste estudo.

Análise de dados

Metodologia e *corpus*

Para este trabalho, analisamos 31 redações nota 1000 (nota máxima) disponibilizadas pelos próprios candidatos e reunidas por Felpi (2019) na Cartilha Redação a Mil. Por questões de espaço, vamos apresentar a análise detalhada de apenas uma redação. São redações elaboradas no Exame de 2018, cujo tema foi ‘A manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados da internet’. Para realizar a checagem nas redações, identificamos manualmente a ocorrência de elementos suplementares em cada uma das redações, focando, entre outras coisas, em apostos, expressões parentéticas e orações explicativas, por entendermos que, no contexto do exame, seriam os exemplos mais comuns. Nesse mesmo contexto, observamos o uso de expressões de caráter avaliativo por parte do candidato, mas que não podem ser equiparadas, ao menos num primeiro momento, à classificação de elementos de IC, tais como expressivos ou pejorativos. Ainda assim, decidimos manter uma descrição de itens de avaliação subjetiva, como ocorre com palavras como ‘assédio’ ou ‘imposição’ (ver exemplo de redação em 3.2), entendendo que isso contribui para o aspecto argumentativo do texto.

Depois, partimos para a análise qualitativa dos recursos linguísticos, relacionando a presença dos elementos identificados com a força argumentativa ou descritiva que trouxeram para o texto. Tomamos como base os seguintes testes, apresentados na Tabela 1.

Tabela 1. Teste e Subtestes aplicados na análise.

Item	Ação	Objetivo
Teste do Discurso Indireto (baseado em Bach)	Transposição da sentença para o discurso indireto	Identificar para quem está voltado o sentido produzido item em análise
Subteste 1: separação dos conteúdos (baseado em Potts)	Separação da sentença em dois conteúdos distintos	Confirmar para quem está voltado o conteúdo em análise
Subteste 2: contexto	Avaliação do item (IC) junto ao contexto	Analisar a valoração o item na redação em questão

Fonte: Elaboração própria.

Entendemos que tais critérios contribuem para uma melhor análise sobre a caracterização dos itens (como IC ou não), além de organizarem a influência deles no teor da redação, o que valoriza a relação entre pesquisa e aplicação.

⁶ Para o português brasileiro, Souza (2022) aponta para diferentes casos de envolvimento emocional do falante e que podem ser analisados, portanto, como ICs ou como conteúdos mistos.

Resultados e análise

As Tabelas 2 e 3 resumem os resultados encontrados no *corpus* sob análise.

Tabela 2. Contabilização das ocorrências de ICs – Textos 1 a 16.

Texto	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
Avaliação subjetiva	0	1	4	1	2	0	0	1	2	0	0	0	1	0	0	0
Suplementar	6	4	4	3	6	3	6	2	1	0	7	3	4	2	4	2
Total	6	5	8	4	8	3	6	3	3	0	7	3	5	2	2	2

Fonte: Elaboração própria a partir de Felpi (2019).

Tabela 3. Contabilização das ocorrências de ICs – Textos 17 a 31.

Texto	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
Avaliação subjetiva	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Suplementar	2	3	4	4	3	3	2	3	3	2	3	1	1	3	4
Total	2	3	4	5	3	3	2	3	3	2	3	1	1	4	4

Fonte: Elaboração própria a partir de Felpi (2019).

Tal como previsto, a totalização dos dados mostra uma predominância no uso de ICs suplementares no texto: foram 99 (88%) ante 14 (12%) de avaliação subjetiva. Em várias redações, não houve a presença destes últimos, enquanto em apenas uma não houve a presença de nenhum dos itens analisados. Mais especificamente, observamos 40 ocorrências de expressões parentéticas, sobretudo introduzindo argumentos de autoridade; 25 orações explicativas, adicionando informações que justificam o conteúdo apresentado; e 34 apostos que descrevem ou especificam um elemento no texto.

Sobre a construção textual, notamos que as ICs analisadas contribuem para o caráter analítico (dissertativo) sobre o tema. Ao citar um argumento de autoridade, por exemplo, o estudante enfoca a especialidade dele (filósofo, educador, pensador etc.) como forma tanto de dar credibilidade ao que diz, quanto de sugerir um conhecimento de mundo (repertório) avaliado positivamente no Exame. A predominância de suplementares nos levou a perceber uma certa lógica na construção do texto baseada na articulação entre a dissertação e a argumentação. Retomando Potts (2005, p. 7), como “[...] o conteúdo da IC expresso pelo suplementar, fornece-se uma pista de como a informação deve ser recebida [...]”, ao dissertar, o candidato faz uso das suplementares para o acréscimo de dados que contribuem para direcionar a defesa do seu ponto de vista. Nesse ponto, reconhecemos a relevância das ICs para a tessitura textual e a produção de seu sentido. A título de exemplo, apresentamos uma análise detalhada de uma redação.

‘Black Mirror’ é uma série americana que retrata a influência da tecnologia no cotidiano de uma sociedade futura. Em um de seus episódios, é apresentado um dispositivo que atua como uma babá eletrônica mais desenvolvida, capaz de selecionar as imagens e os sons que os indivíduos poderiam vivenciar. Não distante da ficção, nos dias atuais, existem algoritmos especializados em filtrar informações de acordo com a atividade ‘online’ do cidadão. Por isso, torna-se necessário o debate acerca da manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet.

Primeiramente, é notável que o acesso a esse meio de comunicação ocorre de maneira, cada vez mais, precoce. Segundo pesquisa divulgada pelo IBGE, no ano de 2016, apenas 35% dos entrevistados, que apresentavam idade igual ou superior a 10 anos, nunca haviam utilizado a internet. Isso acontece porque, desde cedo, a criança tem contato com aparelhos tecnológicos que necessitam da disponibilidade de uma rede de navegação, que memoriza cada passo que esse jovem indivíduo dá para traçar um perfil de interesse dele e, assim, fornecer assuntos e produtos que tendem a agradar ao usuário. Dessa forma, o uso da internet torna-se uma imposição viciosa para relações sócio-econômicas.

Em segundo lugar, o ser humano perde a sua capacidade de escolha. Conforme o conceito de ‘Mortificação do Eu’, do sociólogo Erving Goffman, é possível entender o que ocorre na internet que induz o indivíduo a ter um comportamento alienado. Tal preceito afirma que, por influência de fatores coercitivos, o cidadão perde seu pensamento individual e junta-se a uma massa coletiva. Dentro do contexto da internet, o usuário, sem perceber, é induzido a entrar em determinados sites devido a um ‘bombardeio’ de propagandas que aparece em seu dispositivo conectado. Evidencia-se, portanto, uma falsa liberdade de escolha quanto ao que fazer no mundo virtual.

Com o intuito de amenizar essa problemática, o Congresso Nacional deve formular leis que limitem esse assédio comercial realizado por empresas privadas, por meio de direitos e punições aos que descumprirem, a fim de acabar com essa imposição midiática. As escolas, em parceria com as famílias, devem inserir a discussão sobre esse tema tanto no ambiente doméstico quanto no estudantil, por intermédio de palestras, com a participação de psicólogos e especialistas, que debatam acerca de como agir ‘online’, com o objetivo de desenvolver, desde a infância, a capacidade de utilizar a tecnologia a seu favor. Feito isso, o conflito vivenciado na série não se tornará realidade. (Felpi, 2019, Redação 3, p. 10-11, grifos nosso e no original).

Os dois casos de suplementares no texto (‘segundo pesquisa divulgada pelo IBGE e do sociólogo Erving Goffman’) estão diretamente relacionados com o acréscimo de informação relevante para a análise sobre o problema da manipulação do comportamento do usuário na internet. No primeiro exemplo, ao indicar a fonte dos dados (‘Segundo pesquisa divulgada pelo IBGE’), o texto oferece credibilidade em relação à origem da informação. É uma afirmação secundária, mas que contribui diretamente para o efeito analítico (dissertativo) do texto. No parágrafo seguinte, algo semelhante pode ser dito com referência à indicação do autor do conceito sobre ‘Mortificação do Eu’.

Para Potts (2005), os suplementares são elementos e/ou construções linguísticas que acrescentam uma informação a algo já dito para contribuir com novos discursos, sendo eles as orações apositivas e adjetivas explicativas, bem como advérbios orientados para o falante, parentéticos (conforme/segundo fulano) e apostos. Assim, consideramos para esta análise ‘Segundo pesquisa divulgada pelo IBGE’ como um suplementar parentético e ‘do sociólogo Erving Goffman’ como um aposto explicativo. Na redação, ambas as construções adicionam um novo dado à discussão proposta a fim de corroborar com o caráter dissertativo e reforçar a argumentação do texto. Vamos tomar o caso de ‘do sociólogo Erving Goffman’ para o teste. Então, a partir do Teste do DI, a questão que queremos responder é: de quem é o acréscimo realizado a partir das suplementares em análise? Do autor da redação (o candidato) ou de Maria (comentadora da redação)? Vejamos.

(7) Diálogo – sobre o trecho “do sociólogo Erving Goffman”

Maria: Ah, olha que interessante...

João: O quê?

Maria (Teste DI): O candidato disse que conforme o conceito de mortificação do Eu, ‘do sociólogo Erving Goffman’, é possível...

João: Ah, eu sei que o conceito é dele.

Maria: Foi o candidato que disse...

João: Nossa... fonte diferente a dele.

Considerando o aposto explicativo ‘do sociólogo Erving Goffman’, em primeiro lugar, podemos observar que João realmente encara o suplementar como uma informação adicional na fala de Maria, a qual já era de seu conhecimento. No entanto, João interrompe a fala de Maria por pensar ser dela essa informação, justamente por ele não ter o contexto da redação, como Maria tem. Sendo assim, percebemos que a presença do suplementar na fala de Maria indica que há uma informação adicional que, em discurso indireto, carrega a possibilidade de estar sendo utilizada por Maria ou pelo candidato.

Mas, então, como podemos confirmar para João (que não sabe o que está escrito na redação) que este acréscimo é do candidato? Para isso, aplicamos a contraprova de separação da sentença em duas proposições, conforme Potts (2005).

- i. conteúdo principal: o candidato utiliza um conceito sociológico para dar autoridade ao seu texto, mais especificamente, buscar explicações para o comportamento alienado do internauta; e
- ii. conteúdo secundário: o candidato apresenta a fonte desse conceito (sociólogo).

Assim, o trecho em análise sugere uma divisão dos conteúdos em uma proposição principal, que foca no conceito em si, e um conteúdo secundário, que identifica a fonte desse conceito. Por meio do suplementar, percebemos que o acréscimo foi feito pelo candidato a partir de um conhecimento prévio, demonstrando que ele sabe a autoria do conceito. Confirmando-se, então, que o acréscimo é do candidato, como podemos entender o objetivo do candidato ao fazer este acréscimo com o uso do suplementar?

Para isso, aplicamos, a contraprova do contexto, conforme Potts (2005).

[CONTEXTO] Em segundo lugar, o ser humano perde a sua capacidade de escolha.

[IC] Conforme o conceito de ‘Mortificação do Eu’, ‘do sociólogo Erving Goffman’, é possível entender o que ocorre na internet que induz o indivíduo a ter um comportamento alienado.

Diante dos dados, percebemos que a sentença-contexto é o segundo argumento do candidato e a sentença em foco é composta pelo argumento de autoridade de Goffman, o qual está diretamente relacionado à discussão sobre a interferência da internet na liberdade e individualidade dos sujeitos.

Desse modo, o conteúdo informado poderia perder credibilidade, se não indicasse a fonte ou a área de atuação. Como o comportamento (manipulado ou não) na rede é algo de discussão sociológica, o candidato foi feliz ao

acrescentar a informação da suplementar, na IC. Portanto, ‘do sociólogo Erving Goffman’, sendo um aposto explicativo, atribui o conceito ao senhorio de Goffman, bem como explica que ele é alguém com propriedade para contribuir na discussão da redação. Por isso, o acréscimo gerado pelo suplementar, apesar de apresentar-se com um caráter descritivo, permite identificar o que compõe a bagagem de conhecimentos do candidato e, ainda, fornecer respaldo para a sua argumentação. Isso é possível ser percebido pelo aspecto inferencial do suplementar utilizado pelo candidato, visto que a expressão aponta para o seu repertório de informações, além de indicar para o avaliador (leitor) a fundamentação do projeto de texto nas ideias do sociólogo Goffman.

Desse modo, além de apontar para o conhecimento de mundo do candidato, o uso do suplementar demonstra que ele é capaz de articular seu conhecimento linguístico para a construção do texto. Para isso, escolhe uma expressão que se configura como uma pista que indica a sua intenção de compartilhar com o leitor/avaliador uma informação relevante para fundamentar sua dissertação e orientar seu percurso argumentativo, o que configura, inclusive, a intencionalidade e a aceitabilidade no processo de textualização.

Assim, no Exame, os suplementares, além de apresentarem um caráter descritivo, funcionam como disparadores de inferências relacionadas ao repertório do candidato, os quais contribuem para a construção do sentido global do texto, incluindo seu teor argumentativo. Nesse sentido, ao apontarem para o conhecimento de mundo do candidato, essas construções linguísticas também carregam uma subjetividade decorrente da escolha lexical feita pelo produtor do texto; além do mais, elas seguramente contribuem para o caráter argumentativo do texto. Portanto, defendemos que os suplementares configuram-se como ICs a partir do contexto da redação do Enem.

Já os exemplos com avaliações subjetivas, ‘problemática’, ‘assédio’ e ‘imposição’, são igualmente relevantes para a redação do Enem, mas porque têm uma função dupla: primeiro, são núcleos de anáforas encapsuladoras, que retomam conteúdos do texto para tecer comentários (ou descrições) sobre eles, algo já observado em trabalhos anteriores (Bertucci et al., 2020); depois, porque essas avaliações, ainda que subjetivas, estão diretamente relacionadas ao tema da redação e com o posicionamento do autor do texto. Ao se ler, por exemplo, ‘esse assédio comercial’, presente no último parágrafo, o leitor entende que o candidato faz um direcionamento de sua avaliação no texto, sugerindo que a falta de limites para recebimento de propagandas na internet é um assédio ao internauta, que deve, necessariamente, ser legislada pelo Congresso Nacional.

A presença das expressões avaliativas no trecho serve como uma forma de posicionamento do candidato. Assim, enquanto o primeiro caso (de ICs suplementares) contribui para a análise do problema em questão (dissertativo), o segundo (expressões avaliativas) contribui para a opinião do autor sobre o tema (argumentativo)⁷.

Logo, considerando as competências exigidas pelo Exame (ver Seção 1) e os critérios para a construção de um texto, é possível compreender que o candidato, ao utilizar uma IC (ou uma expressão avaliativa), tem uma intenção clara de apontar para o avaliador a direção da sua dissertação bem como aquilo que faz parte da sua bagagem prévia de conhecimentos e que se relaciona com a discussão proposta, como é o caso da informação que possui sobre a pesquisa do IBGE.

Para isso, percebemos que o candidato demonstra habilidade de escrita que preenche os requisitos de um texto dissertativo-argumentativo adequado ao gênero redação do Enem, principalmente, pelas Competências 3 e 4, relacionadas à seleção e ao uso eficaz de mecanismos linguísticos para a defesa de um ponto de vista. Ao descrever o conceito de Goffman, por exemplo, o produtor do texto revela conhecimento de mundo por resgatar a ideia do sociólogo e ser capaz de relacioná-la com a discussão proposta. Então, o candidato colabora com o caráter dissertativo do gênero redação do Enem e fortalece a sua argumentação que passa a conter uma fala de autoridade dialogando com a defesa do seu ponto de vista.

Por conseguinte, ele também demonstra um conhecimento linguístico pertinente à proposta da redação ao aplicar com eficácia tanto os diferentes significados das palavras (‘conceito’, ‘preceito’, ‘assédio’, ‘imposição’ etc.), por exemplo. Outro ponto importante é notar, como Bertucci et al. (2020), que o uso de anáforas encapsuladoras pode ser uma estratégia eficaz para esse tipo de texto, porque servem tanto para recuperar a ideia anterior quanto para dar continuidade à argumentação. Assim, o uso de ‘esse assédio comercial’, por exemplo, apresenta um caráter inferencial por conduzir o leitor a entender o ponto de vista do autor do texto contrário à quantidade de propagandas na internet. Ainda mais: a análise corrobora o aspecto argumentativo do texto à medida que carrega uma posição subjetiva do candidato e deixa seu ponto de vista mais claro, contribuindo, inclusive, para a construção e direcionamento do sentido global do texto.

⁷ Note-se que, apesar dessa avaliação, não é possível dizer que há um envolvimento emocional do candidato, tal como se observa com o caso dos expressivos, de pejorativos ou de itens de gradação, como o caso de ‘pra caralho’, em português brasileiro (Souza, 2022). Por esse motivo, evitamos de dizer que sejam ICs no contexto desta pesquisa, deixando em aberto essa questão para trabalhos futuros.

Conclusão

O objetivo desta pesquisa foi analisar a ocorrência de ICs com carga dissertativa e argumentativa nas Redações do Enem. Partimos do princípio de que a escrita é um fenômeno fundamental nas sociedades letradas e que o Enem é um exame importante no contexto brasileiro, o que justifica análises da prova sob diferentes perspectivas. Neste contexto, vale destacar que acreditamos que o raciocínio inferencial também ocorre nas conversações humanas. No entanto, neste trabalho, especificamente, buscamos analisá-lo apenas na modalidade escrita da língua a partir das ICs. Nesse sentido, inclusive, entender as diferenças do funcionamento desse tipo de inferência num texto ou numa conversação, pode ser um importante tópico para trabalhos futuros.

Assim, assumindo a abordagem de que as ICs são um fenômeno mais semântico que pragmático (*à la* Potts, 2005), entendemos que elas contribuem para o comprometimento do sujeito com a informação emitida, o que pode ser observado nas redações do Enem. Por isso, tomando um *corpus* de pesquisa de 31 redações, contabilizamos ocorrências de ICs suplementares e de expressões avaliativas, de caráter subjetivo, reconhecendo a predominância daquelas nos textos. Percebemos que, por meio dos suplementares, o candidato adiciona informações que ajudam o avaliador a entender a exposição de ideias, além de ter a oportunidade de demonstrar a quem avalia tudo que é substancial em seu repertório de saberes para a discussão. Para isso, ele traz à tona os seus conhecimentos prévios e busca articulá-los com suas ideias e/ou argumentos a fim de enriquecer a argumentação. Observamos ainda que expressões de teor avaliativo, como as anáforas encapsuladoras, contribuem para o direcionamento argumentativo do texto.

Assim, nossa análise mostrou que as estratégias no uso de itens de avaliação subjetiva e suplementares no texto favorecem o caráter argumentativo e explicativo (dissertativo) da redação do Enem. No entanto, entendemos que muito mais ainda pode-se entender a respeito dos itens de avaliação subjetiva e/ou ainda termos expressivos, tal como se vê em trabalhos como de Oliveira e Basso (2014) e Souza (2022). Ainda que outros autores proponham abordagens novas para as ICs, consideramos que esta aqui apresentada é suficiente para a análise a que nos propomos realizar com a redações do Enem. Deixamos em aberto outras análises para pesquisas futuras. Assim, é preciso considerar, com Salmon (2011), que há um tipo griceano de implicatura convencional (o autor defende isso para *must*, em inglês), diferente da análise de Potts, ou seja, não há só um modo de se discutir as ICs na literatura. Outro ponto seria incluir ainda propriedades de itens mistos, como sugere McCready (2010).

Portanto, uma série de estudos ainda podem se desenvolver a partir da análise inicial desenvolvida aqui, tais como, o estudo das ICs em outros gêneros textuais, com o objetivo de caracterizar a ocorrência desse fenômeno e mesmo buscar uma maior recorrência em gêneros específicos; análise mais estrutural (sintática e semântica) das expressões que disparam ICs, sobretudo em português brasileiro; discutir o fenômeno da IC também do ponto de vista do ensino de língua portuguesa, tentando deixar as discussões da academia mais próximas do cotidiano do ensino de língua no país.

Referências

- A Redação no Enem 2019: cartilha do participante*. (2019). Daeb/Inep/MEC. <https://bitily.me/cshIG>
- Bach, K. (1999). The myth of conventional implicature. *Linguistics and Philosophy*, 22(4), 327-366. <https://doi.org/10.1023/A:1005466020243>
- Bertucci, R. A., Malheiros, A. J., & Lopes, W. S. (2020). Ocorrências de anáforas encapsuladoras em redações do Enem. *Filologia e Linguística Portuguesa*, 22(1), 81-102. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v22i1p81-102>
- Cançado, M. (2012). *Manual de semântica: noções básicas e exercícios*. Contexto.
- Cantarin, M. M., Bertucci, R. A., & Almeida, R. C. (2017). A análise do texto dissertativo-argumentativo. In L. H. C. Garcez, & V. R. Corrêa (Orgs.), *Textos dissertativo-argumentativos: subsídios para a qualificação de avaliadores* (pp. 81-91). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
- Cavalcante, M. M. (2017). A argumentação persuasiva. In L. H. C. Garcez, & V. R. Corrêa (Orgs.), *Textos dissertativo-argumentativos: subsídios para a qualificação de avaliadores* (pp. 137-142). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
- Coroa, M. L. (2017). O texto dissertativo-argumentativo. In L. H. C. Garcez, & V. R. Corrêa (Orgs.), *Textos dissertativo-argumentativos: subsídios para a qualificação de avaliadores* (pp. 59-71). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

- Costa, J. C. (2009). A teoria inferencial das implicaturas: descrição do modelo clássico de Grice. *Letras de Hoje*, 44(3). <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/5758>
- Dascal, M. (2002). *Language as a cognitive technology*. Tel Aviv University.
- Felpi, L. (Org.), (2019). *Cartilha redação a mil*. <https://www.lucasfelpi.com.br/redamil>
- Fiorin, J. L. (2017). *Argumentação* (1a ed.). Contexto.
- Garcez, L. H. C. (2017). Gênero e tipo de texto. In L. H. C. Garcez, & V. R. Corrêa (Orgs.), *Textos dissertativos-argumentativos: subsídios para qualificação de avaliadores* (pp. 51-58). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
- Grice, H. P. (1982). Lógica e conversação. In M. Dascal (Org.), *Fundamentos metodológicos da linguística* (Vol. IV, pp. 81-103). Campinas.
- Liberato, Y., & Fulgêncio, L. (2010). *É possível facilitar a leitura* (2a ed.). Contexto.
- Marcuschi, L. A. (2008). *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. Parábola Editorial.
- McCready, E. (2010). Varieties of conventional implicature. *Semantics & Pragmatics*, 3, 1-57. <http://dx.doi.org/10.3765/sp.3.8>
- Oliveira, F. C. C. (2016). *Um estudo sobre a caracterização do gênero redação do Enem* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Ceará].
- Oliveira, R. P., & Basso, R. M. (2014). *Arquitetura da conversação: teoria das implicaduras*. Parábola Editorial.
- Pagani, L. A., & Souza, L. M. (2022). *Para conhecer: pragmática* (1a ed.). Contexto.
- Potts, C. (2005). *The logic of conventional implicatures*. Oxford University Press.
- Salmon, W. (2011). Conventional implicature, presupposition, and the meaning of must. *Journal of Pragmatics*, 43(14), 3416-3430. <http://dx.doi.org/10.1016/j.pragma.2011.07.011>
- Souza, L. M. (2022). Testando expressões com conteúdos mistos. *Caderno de Squibs*, 8(1), 15-29. <https://periodicos.unb.br/index.php/cs/article/view/42231/37026>
- Val, M. G. C. Redação escolar: um gênero textual? In L. H. C. Garcez, & V. R. Corrêa (Orgs.), *Textos dissertativo-argumentativos: subsídios para a qualificação de avaliadores* (pp. 73-80). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
- Wolf, M. (2019). *O cérebro no mundo digital*. Contexto.